

Festejar 37 anos de SNS

[Discurso por ocasião das celebrações dos 37 anos do SNS]

Hoje é um dia de festa. Estamos a comemorar os trinta e sete anos do Serviço Nacional de Saúde e falo-vos na minha dupla condição de espectador e de ator, de testemunha e de participante, uma vez que a minha idade e o meu percurso profissional têm uma relação direta com estes trinta e sete anos.

Nessa altura eu desempenhava funções de Delegado de Saúde em Beja, no Baixo Alentejo, em 1979, antes da Lei ser aprovada. A proposta de Lei decorreu de uma série de iniciativas desencadeadas por António Arnaut enquanto ministro. Entretanto, quando a Lei é aprovada, já António Arnaut era deputado na mesa da Assembleia, julgo até que presidiu à sessão da Assembleia.

Numa das suas visitas a Beja, enquanto ministro, Arnaut teve conhecimento dos problemas que estávamos a ter nesta região relacionadas, sobretudo, com mortes maternas. Cuidadosamente ouviu os relatos, fazia perguntas e queria esclarecimentos. A certa altura disse: “Bem, vou falar ao Mário”. Na altura pensei que ia falar ao Primeiro-ministro, Mário Soares, contudo, logo depois percebi que se referia a Mário Mendes.

Mário Mendes foi um grande Secretário de Estado. Foi ele que, juntamente com Albino Aroso, criou as condições para que as mães e as crianças passassem a ter o tratamento devido. Tratamento esse que, como viemos a saber, caracterizou a evolução do Serviço Nacional de Saúde em Portugal. Além da conquista de uma taxa de mortalidade infantil abaixo dos três por mil nascimentos, há a registar a rapidez e a uniformidade sem grandes diferenças, sem grandes fossos, sem grandes gaps entre o Litoral e o Interior. Um exemplo! Ainda hoje, os meus colegas na União Europeia querem saber como é que foi possível alcançar estes êxitos de forma equilibrada e rápida.

Irei procurar citar os principais marcos. Como é que foram desenhadas as estratégias, obstáculos e bloqueios encontrados pelo caminho. Irei destacar os resultados em termos de conquistas. Depois do Serviço Médico à periferia, em 1975, ainda hoje pouco analisado, e da Constituição de 1976, é, em 1979, com António Arnaut, que se estabelece o acesso geral aos Serviços Médico-Sociais herdeiros das antigas Caixas. Tudo isto independentemente do regime contributivo. Como sabemos, na época, a população com 65 ou mais anos era metade em termos percentuais do valor hoje registado. Hoje constitui mais de vinte por cento, na altura rondava os dez por cento. Também as taxas de natalidade e de fertilidade eram, e isto é curioso, mais do dobro das registadas atualmente. Assistimos ao longo destes trinta e sete anos aos desafios, aliás, fenómenos naturais, designados de transição, transição demográfica, transição do Sistema. Se me permitem, vou passar em revista os anos de 1980 até hoje.

Em 1980 emerge um grande problema que não esperávamos. É o ano da emergência da Síndrome de Imunodeficiência. Três anos depois, um francês veio a perceber que se tratava de um vírus, então chamado de LAV-1 e LAV-2.

Em 1980 estabelece-se a carreira de administração hospitalar, mas também a de pessoal de apoio geral. No ano seguinte, temos o primeiro Inquérito Alimentar Nacional. Surgem no ano seguinte as carreiras dos técnicos superiores, dos enfermeiros e a criação do INEM.

Em 1982, são criadas as carreiras médicas e os Centros de Saúde de segunda geração são multiplicados em todo o País.

Em 1984 introduz-se a vacina contra a Rubéola e o direito à educação sexual. Em 1985 são aprovadas as carreiras técnicas de diagnóstico e terapêutica.

Em 1986 a celebra-se a Carta de Ottawa, a Promoção da Saúde e incentivam-se iniciativas educativas para a saúde.

Em 1989 surge o Centro de Apoio a Toxicodependentes. Em 1990, é aprovada a Lei de Bases, logo a seguir, o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, criado como instituição importante.

Em 1991, aprova-se o Estatuto do Medicamento e, depois, o Hospital Fernando Fonseca com gestão privada.

Em 1992 são criadas as taxas moderadoras. Em 1993 assistimos à criação do INFARMED que tinha sucedido à Direção Geral dos Assuntos Farmacêuticos e, antes, a à Direção de Serviços de Assuntos Farmacêuticos da DGS.

Depois, decidiu-se introduzir a vacina contra a Hepatite B, a primeira vacina contra o cancro. No ano seguinte, é aprovado um novo Estatuto do SNS e criadas as cinco Administrações Regionais de Saúde.

Em 1995 surgem o cartão de utente, bem como as Comissões de Ética, sendo a ética considerada como pilar essencial do nosso Serviço. Mais tarde, são criadas as Comissões de Controlo de Infeção.

Em 1998 é aprovada a Lei da Saúde Mental e assinadas as convenções com o setor privado.

Em 1999 surgem o Instituto da Qualidade da Saúde, as Agências de Contratualização, a Unidade Local de Saúde de Matosinhos e os Centros de Responsabilidade Integrados.

Em 2000, a Lei do Planeamento Familiar, incluindo de adolescentes, marca que nos distingue de outros países. Juntamente com a Educação foram desencadeadas várias iniciativas, entre as quais a distribuição de contraceptivos que permitem perceber porque somos dos países do Mundo com menos gravidez de adolescentes e mesmo em termos de interrupção, uma permanente descida da interrupção de gravidez até à décima semana em adolescentes e jovens abaixo dos vinte anos.

Em 2001 permite-se o acesso dos imigrantes ao SNS.

O 9/11 de Nova Iorque vem colocar a saúde pública num patamar de maior destaque internacional, sendo criada uma estrutura no seio da União Europeia, chamada de Health Security Committee, encarregue dos assuntos da segurança atribuídos à Saúde Pública. Neste mesmo ano assistimos à descriminalização do consumo de estupefacientes, o que se veio a

verificar ser uma boa opção. No ano seguinte, é criado o Instituto da Droga e da Toxicod dependência.

Em 2003, nasce a Entidade Reguladora. O Plano Nacional de Saúde, em 2003, é também um marco importante e os seus resultados são hoje medidos de maneira sistemática. Verifica-se, no mesmo ano, uma epidemia importante em Toronto da Síndrome Respiratória Aguda (SARS) e, no ano seguinte, a Febre Hemorrágica de Marburg em Angola, onde muitos portugueses residem e muitas empresas, incluindo bancos, tinham redes importantes. Foi preciso trabalhar de forma articulada com os serviços de saúde angolanos.

Em 2006 estabelece-se a Rede de Cuidados Continuados. Depois, surge a vacina para a Neisseria meningitidis Grupo C e a regulação da Procriação Medicamente Assistida.

No ano de 2007 assistimos à expansão das Unidades de Saúde Familiares e à Lei da Interrupção Voluntária de Gravidez. Pela primeira vez, a Lei foi regulamentada pela DGS em modelo de dupla câmara, tendo sido estabelecida para tal uma Comissão de Trabalho, constituída por especialistas, e que foi responsável pelas propostas enviadas para uma Câmara mais elevada, isto é, constituída por senadores presidida por Albino Aroso e por todos os professores catedráticos de obstetrícia e ginecologia das universidades portuguesas. O seu sucesso foi tal que hoje está incorporada no plano psicossocial e ninguém põe em dúvida que a Lei contribuiu para o fim das complicações e para a descida das interrupções de gravidez em Portugal. Todos os anos registam-se menos dois por cento de interrupções face ao ano anterior.

Assistimos, depois, à regulação do fumo do tabaco, uma Lei tímida e pouco audaz, pois os legisladores na Assembleia não quiseram ir mais longe. No entanto, esta Lei, no princípio pouco ambiciosa, veio depois, comprovadamente, a revelar-se eficaz, porque os cidadãos respeitam a proibição de fumar em espaços públicos, curiosamente mais do que respeitam outros códigos. Se assim acontecesse com o Código da Estrada não teríamos os graves problemas que temos. Estamos convencidos, na Direção-Geral da Saúde, que podemos ir muito mais à frente nas restrições dos espaços para fumadores. Têm que ter espaços para fumar. É certo. Mas não podem prejudicar cidadãos que não estão a fumar e que não querem fumar, sublinho.

Em 2008, com estas duas importantes leis já implementadas, a do Tabaco e da IVG, surge a realização dos agrupamentos de centros de saúde e, mais uma vez, a introdução de uma outra vacina contra o cancro, o vírus do papiloma humano (HPV), aliás, contra múltiplas formas de cancro do Cervix e não só. E, neste ano, há um novo impulso para proteção das crianças e jovens em risco, bem como para a organização dos cuidados da saúde da família.

Em 2009 é criado por Lei o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SINAVE), que já está regulamentado e o Departamento da Qualidade na Saúde, mas também os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde e o Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências. Dois anos mais tarde é criado o Instituto Português de Sangue e Transplantação. Os programas prioritários são estabelecidos também em 2011. No ano seguinte, surgem a Plataforma de Dados da Saúde, a Lei de Bases de Cuidados Paliativos e a expansão da prescrição eletrónica de medicamentos. Em 2013, surge a prescrição eletrónica dos cuidados respiratórios.

Em 2014, Portugal torna-se no único país do Mundo a ter a certificação de óbito desmaterializada. Aqui sublinho o papel importante dos magistrados, incluindo da Relação de Coimbra, cidade onde decorreu o ensaio piloto com assinalável sucesso. Sem a participação dos magistrados não teria sido possível. Hoje recebem as informações sobre mortalidade no mesmo instante em que o médico assina o certificado, tal como a Polícia e múltiplas instituições públicas. Trata-se de um exemplo magnífico concebido em Portugal. Sabemos que outros países pretendem replicar o nosso sistema (SICO).

Tivemos também o Ébola. Foi preciso dar resposta. No plano Português, a resposta ao Ébola correu muito bem. Foram testados e analisados nove casos suspeitos, com grande envolvimento de todos os serviços, incluindo o Instituto Ricardo Jorge e hospitais, sobretudo, do Porto (São João) e de Lisboa (Curry Cabral).

Em Vila Franca de Xira, no ano seguinte, no Outono de 2014, surgiu a grande epidemia de doença dos legionários, que foi devidamente controlada e que teve a sua origem, sabemos nós, na falta de atenção na manutenção das torres de arrefecimento que estiveram na sua génese.

Surge, depois, o Zika, crise que ainda decorre e que se revelou mais grave do que no princípio se julgara. Entretanto o SINAVE entrou em produção. Operacionalizou-se, de igual modo, o Registo Nacional de Testamento Vital, os cuidados de saúde transfronteiriços, os Centros de Referência, e surge o enfermeiro de família.

Em 2015, comemorámos os 50 anos do Programa Nacional de Vacinação. Reconheçamos a dedicação exemplar de todos os enfermeiros portugueses. A Organização Mundial da Saúde declarou e certificou que Portugal está livre de Sarampo e de Rubéola. São poucos os países europeus sem Sarampo e sem Rubéola. Aqueles que têm menos de 40 anos não sabem o que é o Sarampo e o problema é que as mães deles não percebem o risco do Sarampo. É verdade, não temos grandes bolsas de resistentes às vacinas.

Também, em 2015, conseguimos baixar, pela primeira vez, da linha vermelha da incidência da Tuberculose: abaixo dos vinte por cem mil habitantes.

Em 2015, o Estado Português distribuiu as primeiras cédulas profissionais a terapeutas não convencionais nos termos da Lei. Foi, em grande parte, regulamentada no seguimento dos trabalhos conjuntos sobretudo entre a Educação e a Saúde, em particular com a Administração Central dos Sistemas de Saúde.

Em 2016, surge o segundo Inquérito Alimentar Nacional, que permite saber mais sobre os problemas da alimentação.

Reparemos, neste momento, Portugal é o único país do Mundo que tem o transporte automático dos resultados laboratoriais para uma plataforma do SINAVE.

Este ano foi aprovado o novo Programa Nacional de Vacinação. Introduz a vacina hexavalente. São poucos os países que têm esta vacina. Foi, igualmente, aprovada a introdução da nova vacina nonavalente para o HPV e a proteção da grávida em relação à tosse convulsa através da administração da vacina às grávidas. O programa de cuidados de gravidez de baixo risco, que

incluir de agora em diante esta vacina, contempla outras medidas, como por exemplo o iodo, que foi introduzido também sob forma de medicamento.

O que queremos nós agora? Queremos prosperar. Queremos uma vida mais próspera para os portugueses. Melhor qualidade de vida. Mas, também, queremos continuar a transformar, queremos mudar, queremos reformar, queremos melhorar e reduzir as iniquidades. No fundo, o que queremos nós? Queremos democratizar.

Queremos também pôr fim à mortalidade evitável. Esta é uma questão que tem seguramente relação com o dia de hoje e com o Conselho de Ministros que aqui teve lugar.

Sabemos, comprovadamente, que se retirarmos aos portugueses alimentos com excesso de calorias, excesso de sal, excesso de gorduras artificiais e excesso de açúcar, ganhamos.

E ganhamos como? Como se mede o ganho em Saúde? O ganho em Saúde mede-se de maneira relativamente simples. Percebendo, por exemplo, que se no ano passado morreram menos portugueses com idade inferior a 70 anos de um enfarte do miocárdio, ganhámos. Se morreram mais, perdemos. São assim medidos todos os Programas (de Saúde Prioritários). É aquilo a que nós chamamos tornar evitável a morte prematura, a morte antes de tempo, antes dos 70 anos. No fundo, diferir o final da vida. Sabemos que vinte e cinco por cento das causas que matam os portugueses antes dos 70 anos podem ser evitadas.

Conquistámos muito, todos nós. Diria que são conquistas devidas aos portugueses, mais do que aos cento e vinte mil que trabalham no contexto do Serviço Nacional de Saúde.

Hoje, o sistema é baseado no cidadão e nas famílias e os resultados são uma coprodução, ou seja, os cidadãos também participam nos resultados, na luta contra as doenças crónicas, em particular.

Portugal é um país fantástico, aberto e comprometido com o progresso. Não sei porque terei sido escolhido para esta alocução, se pela minha idade, se pela minha carreira ou se pelas funções que desempenho ou se por todos estes fatores. Mas de uma coisa podem estar certos: fui daqueles que, mesmo no plano internacional, antes de 1974, resistiu em relação à governação da altura, porque Portugal não cuidava das mães e das crianças.

Hoje, é um país bem diferente. Orgulhemo-nos.

Francisco George

Coimbra, 15 de setembro de 2016

[Publicado a 02.12.2016 em www.dgs.pt]